

CARTA DE REPÚDIO CONTRA A RETIRADA DE INDICADORES DA TUBERCULOSE NAS PACTUAÇÕES DO SUS

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2017

**Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde Ricardo Barros
Sr. Ronald Ferreira dos Santos – Presidente do Conselho Nacional de
Saúde
Sr. Mauro Guimares Junqueira – Presidente do CONASEMNS
João Gabbardo dos Reis - Presidente do CONASS**

A Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose, coletivo com representação em 11 Estados, cuja missão é ser um articulador entre governo e sociedade civil buscando integração e contribuição às políticas públicas de controle da Tuberculose (TB) do país, dando visibilidade às ações de mobilização, *advocacy*, comunicação social, monitoramento e avaliação, com vistas à garantia da cidadania e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), vem apregoar seu desagrado em relação à retirada dos indicadores referentes à tal agravo das pactuações do SUS.

Concomitantemente à Nota Pública contra a retirada de Indicadores da Tuberculose, expedida pela Parceria Brasileira contra a Tuberculose no último dia 06 de janeiro de 2016, o posicionamento assumido pela Rede é o mesmo.

Considerando que:

- A tuberculose é a principal doença infecciosa transmissível, superando a AIDS em número de mortes no mundo com profundas raízes sociais, afetando, sobretudo os mais vulneráveis, que habitam nos locais com más condições de vida, pouco ventilados, com aglomerados de pessoas, dificuldades de informação e de acesso à saúde;
- O desafio representado pelo alcance da Meta Global pelo fim da tuberculose até 2035 proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – baseada em uma proposta ousada de eliminação da TB até 2050, com metas para reduzir mortes por tuberculose em 95% e reduzir novos casos em 90% entre 2015 e 2035 – em que diversos atores sociais – gestores, pesquisadores, profissionais de saúde, ativistas, redes nacionais e internacionais, e representantes do setor comunitário engajados em parceria com o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT/DEVIT/SVS/MS) implica no delineamento das mais diversas estratégias e disponibilização de recursos para viabilizá-lo;
- Nenhum dos indicadores relacionados à Tuberculose aparecem na Resolução Tripartite, Nº 08, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016, deixando de ser considerado um agravo prioritário a nível nacional;



a Rede Brasileira de Comitês reitera a necessidade de continuidade na condução das ações da Tuberculose pelo PNCT, no que diz respeito ao enfrentamento da Tuberculose, fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e repudia toda e qualquer tentativa relativa à exclusão de tais indicadores na Resolução Tripartite, Nº 08, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016, que marca a atual gestão de maneira negativa no que se refere ao financiamento do SUS, às políticas sociais, à perda de direitos e da proteção social dos menos favorecidos.

Por José Maurício Mello Araújo

Coord. Comitê Mineiro para o Controle Social da Tuberculose

Membro Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose

Fórum de ONG's AIDS/ TB do Rio de Janeiro

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado de São Paulo

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado do Amazonas

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado do Pará

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado do Maranhão

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado da Bahia

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado do Ceará

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado de Pernambuco

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado de Rio Grande do Sul

Comitê para o Controle da Tuberculose do Estado de Santa Catarina